

ATA DA 086ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Angela Albino - Carlos Chiodini - Carlos Stüpp - Daniel Tozzo - Dirceu Dresch - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Paulo França - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, funcionários da Casa, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e público aqui presente, quero fazer neste dia de hoje uma reflexão sobre um tema que entendo de grande importância para o nosso país, que é a reforma política.

No dia Sete de Setembro, no próximo domingo, Dia da Independência, entidades, organizações, movimentos sociais, centrais sindicais, lideranças políticas estão chamando para um plebiscito popular o tema da reforma política.

Estou muito feliz de ver esta movimentação aqui em Santa Catarina. Temos a Central Única dos

Trabalhadores que vem fazendo um trabalho, a linha de frente, junto com os movimentos, com as demais centrais, os sindicatos, organizações, movimentos sociais e com a sociedade, debatendo o tema da reforma política, a importância de termos no país uma mudança no sistema político eleitoral de fato, que traga uma nova perspectiva da construção democrática da política brasileira.

Estamos num momento, inclusive, muito importante para essa discussão. Entendo que sem uma reforma profunda do sistema político brasileiro a democracia nossa estará extremamente ameaçada.

Cada dia cria-se novos partidos. Partidos de aluguel, partidos para em época de eleição vender os seus partidos por alguns cargos, ou vender o partido por uns minutos, ou segundos, de horário eleitoral. Isso não traz futuro.

O que o povo brasileiro tem a ver com isso? Lamentavelmente, está em curso em nosso país um processo de negação à política. É verdade que por um lado temos uma grande parcela dos políticos brasileiros que acabam sujando, manchando a política brasileira, mas não por isso ou por causa de pessoas, de figuras, precisamos rejeitar a política, porque não inventaram no mundo ainda outro sistema a não ser o de representação, de eleição direta, democrática, mas não a democracia que temos hoje.

Isso não é democracia, deputado Silvio Dreveck! Mais uma vez vivemos essa disputa violenta, não democrática, das grandes máquinas econômicas ditando as regras no processo eleitoral, ou com o dinheiro público, ou com o dinheiro privado.

Por isso, a sociedade se organiza e entende que é urgente uma reforma política no Brasil para resolver, inclusive, um dos temas mais cruciais, que é a privatização de lideranças políticas por grupos econômicos que vêm para o espaço político/público dirigido pela iniciativa privada, financiado pela iniciativa privada.

Isso precisa urgentemente ser proibido em nosso país. E está aí um dos grandes focos da

corrupção brasileira, ou seja, o investimento na política como um negócio, em candidatos a deputado, em candidatos a senador, em candidatos a governador e até a Presidência da República.

Quando as centrais sindicais, os movimentos, vêm para um grande debate me deixa muito feliz, porque há setores econômicos brasileiros, da elite financeira do país, setores da imprensa brasileira, que estão trazendo à população...

Os movimentos de junho passado foram muito fortes no sentido de negar a política. Agora o que se quer colocar no lugar da política, se ela não serve? A anarquia. O que se prega? O que se quer?

O que nos assusta é uma figura que hoje vem despontando nas pesquisas, que aglutina essa força, essa visão contra a política brasileira, como foi nas mobilizações, onde cartazes de partidos, de sindicatos, foram rechaçados, foram negados, foram destruídos.

Para onde vamos? Que Brasil queremos? Que futuro queremos? Essa é a grande pergunta. Para mim a política é essencial, pois militei nela e entendo-a como uma estratégia de uma decisão de futuro.

Quem nega a política e quem nega os partidos que projeto tem? Que segurança tem de rumo? É um risco muito grande você votar numa pessoa. Mas um partido é uma instituição que tem que ter projeto, e esse é o grande problema do Brasil hoje, porque os partidos estão perdendo o rumo e os projetos.

Temos que recompor no país, porque o partido é uma instituição. A pessoa pode se perder no caminho. É muito fácil um ser humano, uma pessoa, se perder no caminho. Então, tem que ter um partido que segure o projeto e a estratégia. Esse é o grande risco dessa eleição.

Eu quero dizer que estou muito feliz, porque estamos construindo no Brasil um governo que tem opção, um governo que tem lado, um governo que reverteu prioridades.

O Brasil sempre teve governos que governava para a elite brasileira, quando olhamos que lá atrás, para termos um financiamento, era preciso provar que ganhava bem. Hoje, para ter uma

habitação, você precisa provar que ganha, mas bem menos. O agricultor, por exemplo, que tem uma renda menor do que três salários mínimos, tem um valor a fundo perdido de R\$ 28 mil para construir a sua casa. Nos programas habitacionais urbanos, a família pode receber, a fundo perdido, até R\$ 40 mil. Isso, sim, é pegar os impostos, é pegar o bolo e redistribuir como direito social para o conjunto da sociedade, não pegar o bolo dos recursos e deixar crescer mais, como sempre diziam, para depois distribuir. Mas nunca chegava essa hora para os trabalhadores brasileiros.

Então, essa é uma estratégia, uma política de partido. Não dá para simplesmente dizer que irão tratar todos igualmente, porque há pessoas que precisam mais do estado.

São necessárias políticas públicas para distribuir a renda e construir um país justo. É isso o que viemos fazendo nesses últimos anos. Temos dificuldade de conversar com a sociedade sobre política porque se construiu uma visão de que todos os políticos são corruptos e sujos. Isso foi construído por pessoas que não têm interesse no desenvolvimento de um país justo. Esse é o grande debate que precisamos fazer nessa eleição. E fico preocupado com a juventude que está negando toda e qualquer questão política aos partidos, às organizações sindicais, onde eu construí a minha vida. Nós íamos para a luta e tínhamos uma pauta de projetos.

Então, quero parabenizar as organizações, os movimentos sociais e as lideranças que assumiram esse plebiscito no dia 7 de setembro, que é o dia da Independência do Brasil. E precisamos continuar na luta pela independência brasileira do grande poderio econômico, da grande mídia que quer estar acima do governo, do Poder Judiciário e de qualquer coisa.

É necessário que discutamos isso. Por isso, a reforma política é uma das grandes reformas necessárias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses, quero destacar um dado importante relacionado à economia brasileira e ao crédito agrícola. E vou utilizar uma fonte inclusive do ministério do Desenvolvimento Agrário a respeito do aumento de acesso aos recursos do crédito rural.

(Passa a ler.)

"O governo aumenta acesso aos recursos do crédito rural. O ministério do Desenvolvimento Agrário ampliou o acesso da juventude rural ao Programa de Apoio Financeiro às Atividades Agrícolas. Jovens cursando Ciências Agrárias ou Veterinária há mais de um ano, em instituições de ensino superior, passam a estar habilitados ao acesso da linha de crédito. Também estão aptos a solicitar os recursos aqueles que tenham participado de cursos de formação técnica, como o programa de acesso ao ensino profissional e técnico e o programa destinado à educação no campo.

Outra mudança diz respeito ao número de operações que cada jovem pode contratar. Agora podem ser concedidos até três financiamentos para cada beneficiário. Antes era apenas uma operação.

Essas inovações contribuem diretamente para o desenvolvimento da agricultura familiar, já que mais jovens passaram a acessar aos financiamentos, e um maior número de operações poderá ser efetuado pelo mesmo jovem, explica o diretor do departamento de Financiamento do ministério do Desenvolvimento Agrário, João Luiz Guadanim."

Faço esse destaque porque creio que é um ponto importante. Temos falado tanto da agricultura familiar, da defesa da permanência dos jovens no campo, dos cursos ligados a essa área, e agora estão possibilitando que o estudante possa acessar ao crédito agrícola.

Esse crédito agrícola é um passo importante nesse sentido. Para esse apoio financeiro aos jovens com mais de 16 anos até 29 anos,

integrantes de unidades familiares, é preciso apresentar declaração de aptidão ao Pronaf. Também são beneficiários jovens que têm participado de cursos ou estágio de formação profissional, definidos pelo ministério de Desenvolvimento Agrário, jovens que têm orientação e acompanhamento de empresa de assistência técnica e extensão rural.

Quero fazer uma referência também à Epagri de Santa Catarina, que mais uma vez tem anúncio de reestruturação, tem até uma consultoria contratada. Há uma preocupação, porque me parece que nós estamos encaminhando cada vez mais em Santa Catarina pelo esvaziamento dessa empresa importantíssima para a questão agrícola, que é a nossa Epagri. Inclusive, existem notícias sobre paralisação dos servidores.

Então, que o governo do estado repense as suas ações voltadas para essa área, para o fortalecimento de nossas empresas agrícolas. Inclusive, em nível federal, temos a Embrapa que faz um trabalho importantíssimo. E há alguns anos houve o chamado PAC Embrapa que fortaleceu toda a empresa, possibilitando maiores recursos.

Parece-me que Santa Catarina precisaria de um PAC Embrapa também para que pudesse fortalecer não somente a Embrapa, como também a Epagri, a Cidasc, para que possam fazer um trabalho em benefício da agricultura catarinense, que é o que se quer. Mas infelizmente o que percebemos nos últimos anos é um enfraquecimento da Cidasc, da Epagri, por conta das políticas públicas do governo estadual.

Espero que isso seja modificado, que seja fortalecido e que se dê perspectiva para essas empresas tão importantes para a agricultura catarinense. E nesse contexto tenho a satisfação de anunciar e falar sobre esse acesso a recursos do crédito rural também para os jovens que cursem ciências agrárias e veterinárias, estabelecidos pelo governo federal.

Ainda sobre a agricultura, quero fazer uma referência também ao momento que vive a suinocultura catarinense. Um novo reajuste foi estabelecido no preço do suíno. E isso tem dado um

alento maior à suinocultura catarinense. Inclusive, houve a reabertura das exportações de aves e suínos para a Rússia, que volta a ser o maior comprador de carne brasileira. Aqueceu o mercado nas últimas semanas. E temos aí motivos importantes para comemorar nesse sentido. Os nossos suinocultores catarinenses, em outros tempos, têm passado momentos de dificuldades e, agora, têm um alento para a sua produção. Inclusive, para abertura desses mercados de exportação, que tem sido tão importantes para os suinocultores e para a economia catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Neodi Saretta, se forem somar o que já se contratou de consultoria para fiscalizar essa Epagri, vai dar muito dinheiro, porque nunca vi tanta consultoria para fiscalizar essas instituições do estado.

Ontem, tivemos mais uma sessão da CPI, quando recebemos o atual secretário municipal de Planejamento Urbano, de Florianópolis, para a CPI do Ministério Público. Em conversa com algumas figuras que estavam ali chegou-nos a informação de que mais um projetinho desses de pegadinha do Ministério Público chegou a esta Casa, que está para ser lido. Normalmente eles mandam isso no final do ano. Mas esse Projeto de Lei Complementar n. 0021/2014 chegou ontem. E parece que quando chega muitos deputados tremem quando se fala em Ministério Público.

Esperamos que a esse trenzinho da alegria, deputado Maurício Eskudlark, v.exa. vote contra, o PP também, o PSD, o PSDB, os que não assinaram a CPI.

Agora se dá nome bonito quando é para agregar salários para meia dúzia, deputado Sargento Amauri Soares. O Ministério Público tem 1.059 servidores e em 2014 tiveram o reajuste inflacionário, como foi aqui, nesta Casa, porém, como parece que não

se contentam, esse tipo de projeto que é de cúpula, normalmente elaborado por quem já recebe gratificação, eles chamam de estabilidade financeira, que significa agregar salários.

Deputado Silvio Dreveck, imagine se na prefeitura de São Bento do Sul, quando v.exa. foi prefeito, cada servidor, cargo de confiança seu, se é cargo de confiança seu já recebe a gratificação, ao terminar o seu mandato agregasse o que teve de gratificação. Imagine se cada prefeito fosse fazer isso, ou cada cargo gratificado viesse construir essa agregação vergonhosa, diga-se de passagem, porque já é para beneficiar os mesmos de sempre, que em 2007 já tiveram algumas letras a mais. Aí o tempo vai passando, e se esquecem de que já tiveram uma vantagem no passado. E, agora, querem mais uma vantagem, se não me engano, para 63 servidores do Ministério Público, que já são os maiores salários que estão aqui nesta lista de 63.

Portanto, quando se fala em política distributiva, como o Ministério Público que nos últimos cinco anos agregou R\$ 186 milhões no seu orçamento...

Nessa lógica vamos continuar a defender a insanidade do ponto de vista de gestão pública, e quem tem que dar exemplo não está dando mais uma vez.

Então, quero dizer que neste processo aos servidores públicos do Ministério Público mais de 90% dos funcionários não estão sendo contemplados. Estarão sendo contemplados os mesmos de sempre, os que já têm gratificação há muitos anos e que terão maior percepção nos seus salários no final do ano, que querem passar isso aqui no afogadilho do conjunto de projetos que chega de final de ano e que não dá nem tempo para ler.

Assim, mais uma vez vamos debater contra essa nova nomenclatura de agregar salários, chamada estabilidade financeira. Estabilidade do quê, se já não ganham mal? Já ganham bem "pra cacete" lá dentro. Esse grupo que está ali dentro já é um grupo, perdoe-me o palavreado, deputado Kennedy Nunes, mas isso é zombar da população catarinense,

porque esses sessenta e poucos já são os mesmos que foram beneficiados anteriormente.

Portanto, quero dizer a vocês que vou me debater o que puder contra o PLC n. 0021.1/2014, porque isso é outra insanidade do Ministério Público de Santa Catarina, para um grupeiro de beneficiados que são sempre os mesmos, que a partir de agora se chama estabilidade financeira. Acho que eles estão instáveis economicamente, será? Não, a instabilidade é da racionalidade da gestão. A instabilidade é do excesso de recurso que têm essas instituições. A instabilidade são os supersalários que se paga, e não é só para promotores e procuradores. A instabilidade é o desrespeito ao povo de Santa Catarina, quando se gasta recurso público desse jeito. Isso não é estabilidade financeira, isso é irresponsabilidade de gestão pública.

Por isso, estou convencido, deputado Sargento Amauri Soares, da abertura da CPI, do terreninho de R\$ 123 milhões, com um prédio que custaria R\$ 23 milhões. Por isso, estou convencido de que tínhamos que ter aberto a CPI dos supersalários. Por isso, estou convencido de que essa estabilidade financeira para sessenta e poucos servidores, que já tiveram se não me engano entre 2002 e 2007 quinze letras na carreira, de 45 que tem, que fará agregação por progressão especial...

No mais, espero que os deputados desta Casa votem contra esse PLC, porque temos que discutir planos de cargos e salários para o conjunto da categoria do Ministério Público, e não somente para os mesmos. E vou sugerir aos servidores do Ministério Público de Santa Catarina, que são em torno de 1.059, que me passem o nome dos 63 funcionários beneficiados. E vou pedir o salário de cada um, através da Lei de Direito à Informação, que tenho como cidadão, para nesta tribuna, após as eleições, ler o nome de cada um, também o salário de cada um e o que vai ser agregado ao seu salário.

Por isso, racionalidade. Sou contra e o meu voto já está declarado hoje, nesta tribuna.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Com a o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quem nos acompanha pela TVAL ou pela Rádio Alesc Digital, nesta manhã de quinta-feira, quero também manifestar de novo a nossa posição permanentemente contrária a qualquer política salarial que não trate os servidores da mesma instituição de forma proporcionalmente igual.

Portanto, agregação ou averbação de gratificações aos salários é uma coisa que os governos, o Poder Executivo de Santa Catarina, tem definido em lei, aprovada nesta Casa ou aprovadas nesta Assembleia Legislativa e não pode se repetir ou acontecer sob qualquer pretexto ou denominação.

Portanto, desde já também o nosso estranhamento, para ser educado, o nosso estranhamento que uma instituição como o Ministério Público busque realizar isso neste ano de 2014, da graça do Senhor. É absolutamente incompreensível! E eu, no meu ponto de vista, não consigo entender quais as origens das forças que levam uma instituição a tomar uma atitude dessa natureza, quando a maioria dos servidores ficaram apenas com a reposição da inflação, ter um projeto agora, que beneficia algumas poucas dezenas de forma muito elástica e para sempre. E contraditoriamente a isso, a essa postura de um órgão importantíssimo de qualquer estado democrático, que é o Ministério Público, trabalhadores da linha de frente do Poder Executivo, no caso, Epagri e Cidasc, e para citar mais concretamente, mais objetivamente, os barreiristas da Cidasc, têm um salário inferior a R\$ 1 mil. Aliás, é o menor salário de um servidor público do estado de Santa Catarina. Eu creio que são R\$ 895,28 o salário, mais o vale alimentação, que somando tudo que esses trabalhadores ganham em termos absolutos e brutos não chega a R\$ 1.2 mil.

Nesta mesma tribuna, este estado se vangloria de ser o único da federação livre de febre aftosa sem vacinação. Quem garante isso para a sociedade catarinense, quem garante isso para aqueles raros que ganham muito dinheiro exportando carne de Santa Catarina? Quem garante isso para fazer crescer, como tem crescido, felizmente, a arrecadação do estado de forma exponencial nos últimos anos, tendo como um dos fortes pilares da economia catarinense a exportação de carnes? Lá na linha de frente, um barreirista ou uma barreirista da Cidasc, nas divisas com outros estados, trabalha em madrugadas geladas, cheias de neblina, parando caminhões. Uma servidora fica sozinha, porque até um tempo atrás a Polícia Militar ainda destinava um policial para ficar junto, mas já não tem mais. E ganham R\$ 895,00 de salário.

Fizeram greve, um dia de paralisação, no dia 01 de setembro, e no dia 02 houve uma audiência para começar a julgar o dissídio coletivo, pauta ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Sindasp. E a desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho, dra. Viviane Colucci, manifestou estar impressionada com a inflexibilidade da direção das empresas, representadas por advogados evidentemente, nesta negociação. Há outra audiência marcada para o dia 15 de setembro agora, e esperamos que a Justiça faça a sua parte, o que o Poder Executivo não está fazendo, através da direção da Epagri e da Cidasc.

Quero repetir que quando se discute aqui a estabilidade financeira de trabalhadores, de servidores que ganham R\$ 20 mil ou mais neste estado de Santa Catarina - no caso é outro órgão, não o poder -, aqueles que estão na linha de frente, nas divisas dos estados, parando caminhões, às 5h, nas madrugadas geladas, com neblina, sem presença de nenhuma outra alma, numa distância às vezes de mais de 10km, ganham R\$ 895,00 por mês, para orgulho do estado de Santa Catarina, exportador de carnes para todo mundo.

Essa é uma situação que provoca, evidentemente, indignação e faz-nos refletir, porque isso não é somente maldade com aquelas

trabalhadoras e trabalhadores, mas é uma política, a meu ver, planejada para desmontar as empresas, porque a fiscalização da sanidade animal, fora esse trabalho nas barreiras, já não é mais feita pelo estado, é financiada pelo estado, óbvio, mas quem faz é um instituto formado por um *pool* das empresas exportadoras. Isso foi aprovado aqui, com meu voto contrário, acho que já há uns cinco anos.

Um particular entra na propriedade das pessoas para fiscalizá-las. Isso em si já é um absurdo! Mas o elemento que desmonta o estado e a racionalidade do que é um estado, e para que serve um estado, é que este particular, este instituto pertence às grandes empresas produtoras de alimentos em Santa Catarina. E pergunto se o pequeno agricultor, aquele que faz o salame, o doce, para vender na feira, se ele tem chance de sobreviver nesse mundo, porque o discurso em favor do pequeno acaba sendo contrariado por uma prática de governo.

Daí entendemos por que a Polícia Militar, a minha Polícia gloriosa, é chamada em São Miguel d'Oeste para, sob determinação do Ministério Público, impedir a feira dos pequenos agricultores daquele município e região. Porque quem manda na sanidade animal é o agronegócio. Aliás, não somente quem manda, quem faz a fiscalização da sanidade animal é o agronegócio!

Então, é preciso usar esse dinheiro que é destinado a esse instituto e para outras consultorias e fortalecer a Epagri e a Cidasc, fazer concurso público, para que o fiscalizador tenha fé pública! Se isso não livra de tudo, nós sabemos que não livra, evidentemente, mas é o estado, aquele que incorrer em falha poderá e deverá ser punido, inclusive com a exoneração do cargo! Mas é o estado que precisa fazer a fiscalização e valorizar as trabalhadoras, os trabalhadores que fazem essa fiscalização.

Deixar o cidadão e a cidadã com um salário de menos de R\$ 1.000,00 para segurar caminhões nas divisas com outros estados, aliás, sem pagar vale-transporte, mesmo quando a distância é de 50 km entre a cidade e o local de trabalho, é uma coisa

que afeta qualquer possibilidade de compreensão. Só mesmo o interesse de privatizar, de esquartejar, de deixar sem, de entregar para os poderosos a própria tarefa do estado.

Então, não se pode entregar justamente para quem detém o poder econômico nesse setor da economia - grande e importante setor da economia em Santa Catarina, que é a agricultura - a produção agrícola e animal, para que os mais poderosos sejam os fiscais! E no fundo é isso que se tem quando se deixa o barreirista fazer essa tarefa ganhando R\$ 800,00 de salário. É isso que se está fazendo: entregando, terminando!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

(Pausa)

Não havendo deputados do Democratas que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputados, srs. deputados, quero me manifestar no dia de hoje com relação a um assunto que está em pauta, em outras palavras, na minha mente, ou uma pauta mentalmente, até porque várias vezes aqui já me manifestei sobre este assunto, e agora intensificando os nossos contatos com nossas lideranças municipais, mais especificamente os prefeitos, vice-prefeitos, vereadores que administram os municípios, que diz respeito à tabela do SUS, e que o governo federal, infelizmente, não vem corrigindo a inflação há mais de 12 anos.

Mais uma vez, na noite de ontem, pudemos constatar que um município não muito longe da Grande Florianópolis está colocando 27% do seu orçamento, ou seja, da sua receita, na saúde, para poder atender, ainda não como gostaria, a população com o serviço da saúde.

Tenho repetido que se aqueles ou aquelas que vão comandar o nosso Brasil não assumirem um compromisso com a saúde no quesito custeio, vamos continuar penalizando os municípios e também a população.

Quem é que não teve algum reajuste ou alguma reposição de inflação nos últimos 12 ou 13 anos? Tudo aumentou! A energia, a água, o alimento, enfim, os produtos de consumo, de um modo geral, aumentaram! Além da inflação, que representa aproximadamente 170%, tudo aumentou, menos o pagamento do serviço de saúde que é de responsabilidade do governo federal, a tabela SUS, que, em palavras mais simples, é o pagamento que o governo federal faz às consultas, aos exames, às diárias hospitalares, aos internamentos e aos procedimentos cirúrgicos, entre outros serviços de saúde.

Não vai resolver destinar mais recursos para construir postos de saúde onde já existem, ou colocar mais hospitais onde já existem, se não colocarem médicos, clínicas e laboratórios para fazer exames, para proceder às cirurgias das filas intermináveis. Dificilmente alguém vai prestar serviço para o governo federal nessas condições, a esse preço, que não representa o mínimo e que não paga o custo de um exame, uma consulta, uma diária hospitalar, uma cirurgia e outros serviços.

Compram equipamento para deixar parado ou para simplesmente aparecer na foto, mas não é esse o problema da saúde! O problema da saúde é a falta de dinheiro para custeio, para o dia a dia! Investimentos são necessários? São necessários, sim, mas sem fazer o trabalho do dia a dia vamos continuar penalizando os municípios que já estão numa condição difícil e com suas receitas comprometidas. Até porque os municípios não têm somente o serviço da saúde. Já foram

municipalizadas a educação e a assistência social. A população quer melhores vias públicas com pavimentação e asfalto, com esgoto sanitário - e no Brasil isso também ainda está muito longe do que precisamos, e que também é saúde pública.

Então, o município tem que atender a vários serviços para fazer com que a população tenha uma qualidade de vida melhor. No entanto, as prefeituras colocam, como eu disse, em média 25% da sua receita, quando, na verdade, a obrigação é de colocarem 15%. E fazem isso porque precisam atender a população, e o governo federal simplesmente deixa de reajustar a tabela SUS para, com isso, comprometer os municípios. E, ao mesmo tempo, faz propaganda, mas esquece de que a população precisa da saúde no dia a dia. E quantas e quantas pessoas estão aí nas filas esperando há muito tempo?! Está na hora de alguém que queira comandar o Brasil assumir esse compromisso!

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Bom dia, sr. presidente, srs. deputados. Vou dividir o meu tempo com o deputado Maurício Eskudlark, tempo do nosso partido.

Naturalmente, hoje, é uma manhã propícia para se fazer uma reflexão sobre o processo eletivo que se aproxima em contagem regressiva, deputado Paulo França que dessa vez não está disputando, mas certamente está torcendo por uma boa representação do vale do Itajaí.

Se pudéssemos desenhar de forma imaginária dois grandes círculos e a sociedade pudesse olhar para esses círculos e colocar nele determinada proposta, colocaríamos no primeiro círculo onde estamos, aonde chegamos, com todo o processo democrático, com toda essa caminhada, a perspectiva das eleições que se aproximam, enfim, toda a evolução democrática do nosso país. No outro círculo poderíamos colocar a pergunta onde

queremos chegar, para onde estamos indo, que futuro efetivamente estamos construindo.

É claro que a transição, a passagem de um círculo para o outro, aonde queremos chegar, é feita através de pontes, de viadutos, como dizem os engenheiros - obra de artes. E aí entra a política. A política é essa possibilidade, essa ponte que nos faz sair de um círculo para o outro, de onde estamos para aonde queremos chegar.

O governador Raimundo Colombo tem dito de forma até insistente, repetitiva, que em política o velho morreu e o novo ainda não nasceu.

É claro que quando se fala num processo eletivo, e aqui foram discutidas nessa manhã as questões das instituições, o desgaste das agremiações partidárias, numa eleição que se apresenta um tanto quanto personalista, muito mais focada no indivíduo do que na força e estrutura partidária, sabemos que toda conquista pressupõe alguns elementos: estratégia, capacidade, determinação e, por que não dizer, também biografia, o passado de quem postula um cargo na administração pública.

O que tenho observado ao visitar as pessoas, as ruas, ao trocar ideias com os nossos cidadãos catarinenses, é que de fato a essa incógnita, a essa indagação, a essa aspiração e, principalmente talvez pela comoção nacional da morte de Eduardo Campos, com o fenômeno Marina Silva, surgem perguntas basilares, básicas, mas que acabaram de uma forma ou de outra contagiando o debate político também para as eleições no estado de Santa Catarina e em especial as eleições proporcionais.

A pergunta que se vê em qualquer rodinha, em qualquer café, é: "Será que a Marina chega? Será que o Aécio vai continuar esvaziando? Qual vai ser a conjuntura? Em que roteiro vamos efetivamente palmilhar os próximos 30 dias?".

Agora, o que se espera de um candidato, o que a população espera, qual é a expectativa? Primeiro, que tenha liderança nesta Casa, ou em qualquer outro espaço público que tenha a capacidade de liderar para o bem, para ações

positivas, as pessoas com quem convive na sociedade onde está inserido. Mais do que isso, que tenha um diálogo permanente com as pessoas, um diálogo permanente com a sociedade. E as redes sociais estão aí para fazer esse tipo de cobrança, esse monitoramento.

É um momento de transição na história mundial e, por que não dizer, na história do país. São pelo menos 70 milhões de *smartphones*. São 70 milhões de pessoas que estão conectadas com o mundo e com cada um de nós, monitorando-nos, acompanhando-nos.

É importante que o candidato tenha essa disposição para um diálogo permanente com a sociedade. Mais do que isso, o que se espera de cada um de nós é que de fato tenhamos a capacidade de buscar as respostas às demandas da sociedade catarinense, e as demandas são muitas, quer na área da segurança, da saúde, da infraestrutura, em especial, nós, aqui, que nesta Casa dedicamo-nos, nesses últimos três anos, como presidente da comissão de Combate e Prevenção às Drogas.

A questão da drogadição é um dilema na sociedade catarinense e na sociedade brasileira. Basta lembrar-se de que cada dez crimes, deputado Maurício Eskudlark, v.exa. que vem da Polícia Civil, pelos menos sete envolvem o narcotráfico. E esse é o desafio que é dado a cada um de nós: essa preparação, essa dedicação, essa entrega e essa busca em competência, em capacidade para dar respostas pontuais, positivas, às inúmeras e múltiplas demandas da sociedade.

Cabe ao povo fazer a sua escolha, mas cabe também a nós, nesta sessão derradeira que antecipa as eleições, fazer pelo menos uma prece, uma oração: que Deus nos ilumine.

Obrigado, sr. presidente! Deixo o restante do tempo ao nosso companheiro deputado Maurício Eskudlark.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) Com a palavra, pelo tempo restante do PSD, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, nossos amigos. Quero agradecer à minha mãe, d. Juventina, juntamente com o meu irmão Mauro que hoje pela manhã vieram fazer uma visita a esta Casa, para nos dar um abraço.

A minha mãe Juventina é ministra da igreja de Campinas, em São José, onde no próximo domingo o padre Hélio faz a tradicional missa. Assim, quero convidar todos os josefenses e a população da Grande Florianópolis para participarem.

O padre Hélio faz um trabalho espiritual e social muito bonito. Ele consegue reunir cerca de três a cinco mil pessoas nas missas, em função de seu trabalho, pelo carisma, pela fé que transmite a todas as pessoas.

Então, a minha homenagem ao padre Hélio, à minha mãe, d. Juventina, que é ministra, e a todos os ministros e ministras. Eu fui convidado pelo padre Hélio para participar, pois domingo eu sou festeiro na igreja de Campinas.

Estava verificando alguns temas para abordar e, no último final de semana, no sábado, infelizmente tivemos o falecimento do vereador Carlos Ely Castro, de Itajaí.

O vereador Carlos Ely Castro foi policial federal. Hoje é aposentado, uma pessoa de conduta ilibada, que lutou muito pelo projeto de implantação da Guarda Municipal, da Guarda Armada, no município de Itajaí.

É um projeto que já teve debates, audiências públicas. E sabemos que muitas vezes há resistência por parte da administração pública. Nessa implantação tudo é custo. O prefeito quer que a segurança fique com o estado, que a segurança fique com a união. Há algumas declarações, e agora ainda mais fortes, do prefeito Jandir Bellini, no sentido da efetiva implantação desse projeto que é importante para a segurança pública.

É importante ter a guarda municipal armada, é importante ter agentes de trânsito. É importante deixar o combate à criminalidade para a Polícia Militar e a investigação e a apuração para a

Polícia Civil. Então, deixar as Polícias cuidarem da criminalidade, fazendo a proteção do patrimônio e do cidadão, e o agente de trânsito cuidar do trânsito. Com essa divisão de esforços melhora muito o trabalho.

Vi uma proposta, em nível nacional, da Presidência da República, no sentido de integrar as forças de segurança. Na verdade, já tem alguma integração, e ela dá certo, porque quando se fala em força nacional não existe um órgão específico que seja a força nacional, pois ela é composta por agentes de todos os estados, que são treinados de forma conjunta, que fazem esse trabalho. Por isso é muito importante essa integração, que se mostrou eficaz quando tivemos a Copa do Mundo, que integrou os organismos de segurança, com maior troca de informações, maior agilidade e resposta mais rápida para o cidadão.

Então, quero referenciar o cidadão Carlos Ely Castro que criou a Guarda Municipal que ajuda muito na segurança em todos os municípios. Isso traz qualidade de vida, pois a segurança, assim como a saúde, são fatores fundamentais para a qualidade de vida, até porque não adianta ter qualquer tipo de estrutura, se você não pode exercer seu direito. E para você exercer o direito à liberdade de praticar todos os seus atos, precisa de segurança.

O governo do estado incluiu milhares de novos policiais nesses últimos anos. Teve um concurso agora, que aprovou oito mil, em condições de serem aproveitados na Polícia Civil, para a segurança pública. E agora, com a implantação da promoção automática, vai abrir vagas no início da carreira, que permitirá o estado de fazer novas contratações. Sabemos que isso vai ocorrer, pois sabemos que o governador Raimundo Colombo tem essa preocupação de aproveitar todos os aprovados nesse concurso, pelo menos aqueles que estiverem dentro do prazo do concurso, que é de quatro anos.

Quero fazer o registro da visita do meu amigo Sérgio e agradecer pela presença.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Carlos Chiodini, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente, srs. deputados e público que nos acompanha pela Rádio Alesc Digital, pela TVAL e neste plenário.

Assomo esta tribuna para tratar de um assunto regional, as rodovias deste estado, tema que toma a pauta diária das entidades que representam o setor produtivo, das prefeituras e da sociedade em geral.

Hoje, ao ler o jornal pela manhã, na capa do jornal A Notícia vimos estampado: Quatro mortes no trânsito são registradas em 12 horas na região de Joinville. Um desses acidentes ocorreu na rodovia do arroz. E, na semana anterior, um rapaz de 20 anos, do município de Guaramirim, estudante de engenharia da Udesc, também perdeu sua vida, deputado Paulo França, no trajeto de Guaramirim a Joinville.

Faço esse pronunciamento com foco em duas questões, uma que se refere ao plano estadual, em que é inegável a necessidade de investimentos na ampliação e melhorias da SC-108, a Rodovia do Arroz, que liga o norte catarinense com o vale do Itapocu e o vale do Itajaí. Ou seja, é uma ligação entre uma das regiões de maior valor agregado ou de produção do estado de Santa Catarina. Então, evidentemente, o trânsito é altamente frequentado tanto por cargas quanto por passageiros. A rodovia que leva Guaramirim a Massaranduba precisa ser ampliada, e temos cobrado isso frequentemente. Quem passa por lá sabe da demanda de trânsito que existe. E acabam ocorrendo, pela dificuldade de transitar, inúmeros acidentes.

Pauta maior de toda a região norte é a duplicação da BR-280. E quero fazer o registro positivo de que o trecho de maior valor, que custa mais de R\$ 500 milhões, que é o contorno de Jaraguá do Sul, que vem das imediações da empresa

Verquímica, passando por Schroeder, hoje um trecho inexistente, próximo a Corupá, já iniciou suas obras. Trata-se da empresa Cetenco, que venceu a licitação do lote, e esse é um fato muito positivo.

Nós ficamos por anos cobrando a execução dessa obra, então isso merece o registro. Já houve uma audiência pública do Denit com os proprietários das terras que serão desapropriadas para o acerto e vejo uma evolução positiva na obra. O lote 2, também, que liga Guaramirim a BR-280, em tese um lote de mais fácil execução porque usa a faixa existente, que está sendo executado pela empresa Sul Catarinense, também iniciou suas obras com o desmatamento e a licença já foi emitida pelo o Ibama.

O que acaba angustiando a população, que não entende e não deve entender, é a burocracia brasileira, da qual todos somos reféns. Infelizmente o próprio governo é refém da burocracia. Como entender que para uma obra tão importante, seja para a vida das pessoas ou para o desenvolvimento econômico regional, e porque não dizer nacional, demore tanto tempo para se conseguir uma licença ambiental e se começar o trabalho.

Eu presenciei, até do outro lado do balcão, a angústia do próprio governo que, cobrado diariamente, não conseguia iniciar as obras.

Então, temos que enaltecer, agora vencidas as etapas, o início desse trabalho e continuar cobrando de fato a conclusão dessas obras que irão mudar o dia a dia da região e sem dúvida do estado de Santa Catarina.

Esses dias eu exemplifiquei, deputado Silvio Dreveck, quando estava em São Bento do Sul e tinha um compromisso em Penha, ou seja, que se a BR-280 estivesse pronta, seria muito melhor ir por ali. Então, irá melhorar em todos os sentidos, deputado Kennedy Nunes, o trecho da estrada Dona Francisca que vai ser desafogado, com melhorias que vão ser feitas.

Para encerrar, fora essa questão de infraestrutura, quero fazer um registro, em

primeira mão, que está acontecendo, neste exato momento, em Brasília, com a presença do prefeito de Jaraguá do Sul, Dieter Janssen, e lideranças locais, a liberação de um curso de Medicina para Jaraguá do Sul e região, que será promovido pela Católica de Santa Catarina, entidade da Universidade Católica, que administra o patrimônio da PUC e o patrimônio da FERJ, Fundação Educacional Regional Jaraguense, que possui todos os predicados necessários para realizar um curso com a qualidade e com a experiência que a PUC tem, ao longo de vários anos. Estará presente em todo o norte catarinense, e imagino que se estenda para todo o estado.

São esses os registros que eu gostaria de fazer.

Nós estamos vivendo um período eleitoral, então, é bom citarmos, deputado Paulo França, assuntos de verdadeiro interesse social, que estão sendo encaminhados.

A questão da BR-280, volto a frisar, é a obra maior, o sonho maior de toda sociedade do norte catarinense. Quando se fala de investimentos do governo federal, independente de quem seja o próximo presidente do Brasil, precisará dar uma atenção especial a esse sonho há tanto tempo clamado, que agora começa a se concretizar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pelo tempo restante do PMDB, o sr. deputado Paulo França.

O SR. DEPUTADO PAULO FRANÇA - Sr. presidente, srs. deputados, quero iniciar a minha fala fazendo uma menção ao dia dois de setembro, que é a comemoração do aniversário da cidade de Blumenau, 164 anos de fundação. Irão ocorrer importantes programações durante o mês.

Quero mandar uma saudação ao comandante da cidade, prefeito Napoleão Bernardes, que faz uma programação com a inauguração do complexo viário Badenfurt, uma obra importante para a região norte da cidade, investimento de R\$ 45 milhões, com a construção de duas pontes - uma ponte de 362m de

cumprimento e outra de 80m de comprimento, ou seja, mais de 1.800m de pavimentação asfáltica em pista dupla.

Também temos outra situação muito importante para o nosso bairro da Fortaleza, um bairro dinâmico, que tem um desenvolvimento muito forte e acentuado dentro da cidade de Blumenau, onde se conclui, depois de praticamente 20 anos de obra, um sistema de proteção de cheias e de enxurradas. Teve investimentos de diversos governos, com recursos estaduais, municipais e da população que teve uma participação efetiva dentro desse processo.

Isso registra essa integração e esse momento importante que Blumenau vive na conclusão da etapa dessa obra, da proteção do bairro Fortaleza, conhecido regionalmente como PI5, pelo prazo, pelo tempo que essa obra levou para ser concluída, praticamente 20 anos.

Eu gostaria de aproveitar o momento para falar um pouquinho com relação à região metropolitana da Grande Florianópolis, aprovada pela Assembleia Legislativa no dia de ontem, um passo importante, que agrega todo esse sistema de governo que hoje nós temos aqui, no estado de Santa Catarina, que realmente entra numa área que complementa a atuação das secretarias de desenvolvimento regionais. Elas vão permitir que essas regiões conurbadas tenham acesso, condições de trabalhar recursos diferenciados dentro do governo federal, para que consigamos trabalhar a questão do desenvolvimento dessas regiões.

Então, espero que consigamos avançar para a região de Joinville, Blumenau, Criciúma, Chapecó, que a princípio entendemos que cabe dentro do conceito de região metropolitana como regiões conurbadas. Que avancemos e aprimoremos essa particularidade importante, para permitir que as nossas regiões consigam avançar dentro das ações de desenvolvimento.

Gostaria de aproveitar este momento importante, o momento político que estamos vivendo, para mais uma vez entrar no assunto sobre

o qual vemos pouco debate, que é a questão do pacto federativo.

Temos aqui diversos deputados que já estiveram comandando municípios. A cada dia que passa a carga do município aumenta em ações de cobrança da nossa comunidade de uma forma geral, seja na área da saúde, da educação, da segurança pública, sem contar na área da infraestrutura, e cada vez menos os municípios ficam em condições de resolver os problemas, em função de seu potencial de arrecadação.

Essa discussão do pacto federativo para reordenar esse processo e colocar os recursos nos devidos locais é de fundamental importância, e nós precisaríamos ascender essa conversa durante esse pleito eleitoral, para que consigamos agilizar e dar condições para que as prefeituras tenham a oportunidade de atender às demandas da sua cidade, dos cidadãos, para que consigamos avançar nessa questão de desenvolvimento, porque é fundamental que todo esse bolo arrecadado tenha condição de atender à necessidade do município, não a necessidade de programa de governo, ou do governo do estado, ou do governo federal, ou colocando outro tipo de atribuição, mas que seja caracterizado exatamente na necessidade de cada região.

Na hora em que a arrecadação fica centralizada na capital, federal ou estadual, ela fica distante da necessidade local de cada cidade, onde o prefeito e as suas Câmaras de Vereadores vivem o dia a dia das demandas, das necessidades do seu cidadão.

Portanto, gostaria de colocar que realmente o pacto federativo tenha participação importante dentro do debate desse colegiado eleitoral.

Quero encerrar mais uma vez mandando cumprimentos à nossa cidade de Blumenau, pela passagem dos seus 164 anos.

Muito obrigado!

(SEM REVISAO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) -
Muito obrigado, deputado Paulo França.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, já havíamos nos manifestado nesta sessão, mas para não transcorrer em branco o nosso horário dos Partidos Políticos, faremos algumas referências importantes.

Abordei no primeiro momento desta sessão a questão do crédito agrícola. Falei inclusive das exportações de carnes e quero só complementar. E estou me referindo também que há um aumento do consumo de carne no mundo. Isso gera para o Brasil outra grande oportunidade, já que somos líder mundial na exportação de carne.

Então, o Brasil é um dos principais países credenciados a saciar o apetite por proteína animal, especialmente para os países do mercado asiático e africano, na próxima década.

Por isso, é importante que o governo brasileiro continue fazendo o que está fazendo, incentivando, aumentando recursos para o setor agrícola, para o setor de alimentos, tanto para a produção de aves, de suínos, de gado, enfim, para a questão dos alimentos como um todo. Isto é um ponto importante, é um alento para a produção, lembrando que a nossa safra já tem previsão de chegar a 200 milhões de toneladas de grãos.

É claro que ao fazer essa referência também se faz referência à população brasileira que está tendo maiores possibilidades de compra, de consumo, se verificarmos os índices da chamada pobreza crônica. Se pegarmos a porcentagem da população em pobreza crônica, em 2004, tínhamos 6,7% de percentual, sendo que em 2012 baixou para 1,6%. E se atualizarmos os dados agora, para 2014, certamente teremos uma redução maior ainda, o que é importante, pois é fruto das políticas públicas aplicadas pelo Brasil, que geram uma maior demanda de consumo.

Então, temos expectativa no sentido de que a produção agrícola possa aumentar cada vez mais,

ter incentivos, continuar programas como o Pronaf que possibilitou aumento de créditos, mais alimentos, sendo que isso foi muito importante nesse processo.

No mais, sr. presidente, srs. deputados, vamos ter um período sem sessões nesta Casa, devido à função do período eleitoral. E esperamos e deixamos registrada a expectativa de que o Brasil e Santa Catarina possam de forma muito tranquila debater as principais questões com relação ao nosso país, ao presente e ao futuro do nosso país, do nosso estado, e que possamos verificar quais foram os avanços dos últimos tempos, o que precisa melhorar, o que precisa também ser aperfeiçoado. Então, que esse processo político que está em curso possa ser fruto de um aperfeiçoamento, de um amadurecimento das instituições democráticas, um amadurecimento realmente das propostas e que se possa trabalhar pelo melhor do Brasil e do nosso estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Passaremos à Ordem do Dia.

Nós só temos alguns requerimentos e moções.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0419/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0420/2014, 0421/2014, 0422/2014, de autoria da deputada Angela Albino.

Esta Presidência comunica que defere de plano os requerimentos n.s: 0754/2014, 0755/2014, de autoria da deputada Angela Albino; 0756/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Pedido de Informação n. 0058/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti, solicitando informações ao governador do estado acerca de reformas em unidades escolares e quantas delas constam no Plano-Geral de Obras.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para o dia sete de outubro, no horário regimental.

Está encerrada a presente sessão.